



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

6 de julho de 2021

Ata da Septuagésima Primeira Sessão Ordinária

Às nove horas do dia seis do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pela Senhora Deputada Claudia Lelis, Primeira-Secretária e pelo Senhor Deputado Valdemar Júnior, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Jair Farias e Nilton Franco. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, por



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

falta de quórum em Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 35/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o anexo Decreto número 6.274, de 29 de junho de 2021, que prorroga o prazo previsto no caput do art. 1º do Decreto número 6.156, de 18 de setembro de 2020, que “dispõe sobre a declaração do Estado de Calamidade Pública em todo território do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 463/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a comunicação dos Cartórios de Registro Civil, hospitais e maternidades à Polícia Civil, da realização de registro de nascimento realizado por mães e/ou pais menores de 14 anos”; Projeto de Lei número 464/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a comunicação dos Cartórios de Registro de Imóveis ao fisco municipal, das informações cadastrais de todos os imóveis matriculados na serventia, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 465/2021, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “dispõe sobre a obrigação de Restaurantes, Lanchonetes, Quiosques e demais empresas do ramo de entrega de alimentos para o consumo imediato, no âmbito do Estado do Tocantins, de usarem lacres invioláveis nas embalagens de seus produtos”; Projeto de Lei



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

número 466/2021, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “concede Título de Cidadã Tocantinense a Maria José Alves Cotrim”; Projeto de Lei número 467/2021, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Federação das Associações Comunitárias e de Moradores do Tocantins – Facomto”; e Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que requer ao Senhor Presidente desta Casa de Leis a retirada de tramitação e o arquivamento do Projeto de Lei número 331, de 18 de setembro de 2019, que “declara de Utilidade Pública o Instituto Arte e Cultura do Tocantins”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 468, 469 e 470/2021, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; e os Requerimentos que receberam os números 1.480 a 1.515. Logo após, o Senhor Presidente por falta de quórum em Plenário, transferiu a deliberação das Matérias apresentadas em regime de urgência nesta Sessão, para a Sessão subsequente. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Ricardo Ayres e Professor Júnior Geo. Na Ordem do Dia, o Senhor Presidente por falta de quórum em Plenário, transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

horas e vinte e sete minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário